



TERRENO RÚSTICO

Aguda, Figueiró dos Vinhos



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEPÇÃO DE
PROPOSTAS REDUZIDAS A ESCRITO ATÉ
11/10/2019

O presente anúncio não dispensa a leitura atenta e integral do regulamento de venda.

Ref.:

IMO1056

VISITAS POR MARCAÇÃO

300 500 072

vendas@gaip.pt



*Cheque caução obrigatório

**ACEITAM-SE
PROPOSTAS**



ÁREA TOTAL
1.480,00 m²

DESCRIÇÃO DA C.R.P.

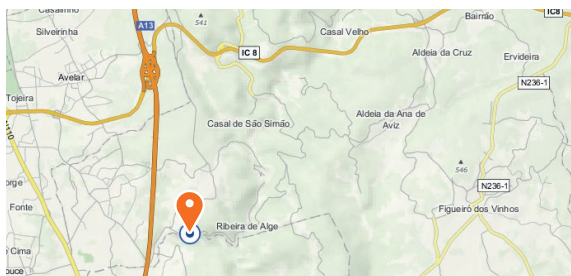
Terreno de pinhal e pastagem.

DADOS REGISTAIS

Art. Matricial	R 3175
Descrição C.R.P.	1217
Freguesia	Aguda
Concelho	Figueiró dos Vinhos

CONFRONTAÇÕES

Norte	Manuel Marques Quelhas
Sul	Paulo Simões Godinho
Nascente	António Borges
Poente	Herd. Luís Ribas Costa Simões

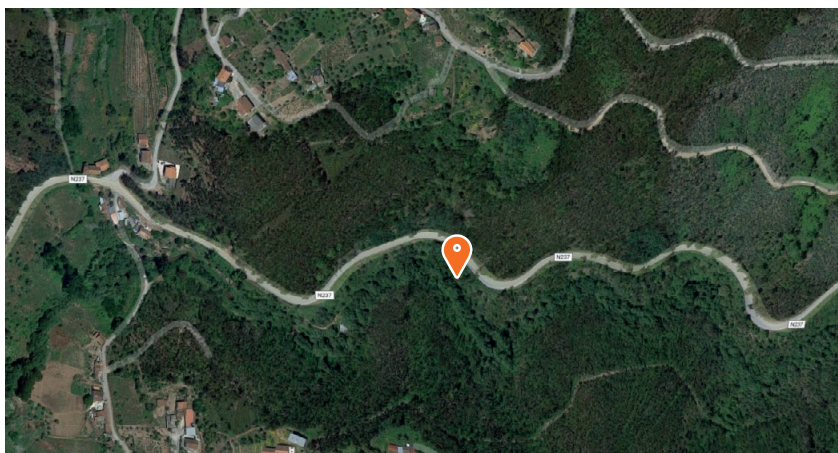


LOCALIZAÇÃO DO TERRENO

Salgueira, Aguda, Figueiró dos Vinhos, Leiria

GPS: 39°53'53.0"N 8°20'06.0"W

39.898056, -8.335000



Nota: À data da elaboração do presente catalogo não é conhecida a localização e delimitação do imóvel, sendo a imagem meramente ilustrativa. Não dispensa a visita ao local nem a consulta de eventual informação camarária.

Insolvência de Rui Manuel Fonseca Apolinário

PROCESSO N.º 192/14.1TBANS - COMARCA DE LEIRIA, LEIRIA - INST. CENTRAL - 1.º SECÇÃO DO COMÉRCIO - J1



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEÇÃO DE
PROPOSTAS REDUZIDAS A ESCRITO ATÉ
11/10/2019

VISITAS POR MARCAÇÃO
300 500 072
vendas@gaip.pt

REGULAMENTO GERAL DE VENDA CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

1. Os interessados deverão remeter as propostas, reduzidas a escrito, até 11/10/2019, dirigidas à GAIP - Serviços Centrais, via correio registado, contendo a referência “Proposta Insolvência Rui Manuel Fonseca Apolinário”, para o Apartado 127, EC Marrazes, 2400-995 Leiria. Apenas serão aceites as propostas com registo dos CTT até 11/10/2019 e que tenham sido entregues na morada indicada até 15/10/2019 ou entregues em mão, nos nossos escritórios, até ao dia 11/10/2019.

2. Os proponentes terão de juntar obrigatoriamente à sua proposta um cheque caução à ordem da “Massa Insolvente de Rui Manuel Fonseca Apolinário”, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor proposto pelo respetivo lote - caso o proponente apresente proposta para mais do que um lote, apenas será necessário um cheque, que deverá corresponder a 5% do valor total oferecido para esses lotes.

3. As propostas que não venham acompanhadas pelo respetivo cheque caução não serão consideradas, perdendo o proponente o direito à aquisição dos bens e não podendo participar numa eventual segunda fase de venda.

4. As propostas terão de conter, sob pena de serem excluídas, os seguintes elementos: identificação do proponente/nome ou denominação social, morada, contribuinte (N.I.F./N.I.P.C.), telemóvel, telefone e e-mail; identificação do processo e dos lotes e valores oferecidos, por extenso, expresso em euros. Encontra-se disponível no site www.gaip.pt o formulário de proposta.

5. Até à primeira data fixada para a mostra dos bens, o catálogo de venda poderá sofrer alterações.

6. A mostra dos bens é aberta ao público. É obrigatório o preenchimento do registo de visitas.

7. Os bens são vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, sem garantias de quaisquer vícios que possam surgir ou que eventualmente existam, livres de ónus e encargos, sendo da responsabilidade do promitente-comprador todos os custos inerentes à compra, nomeadamente as obrigações fiscais. As fotografias são meramente ilustrativas podendo não corresponder à realidade.

8. Através da apresentação de propostas, os interessados assumem ter conhecimento e aceitação do regulamento geral de venda - condições gerais de venda, assim como terem inspeccionado os bens e conhecerem as suas características, declinando-se qualquer responsabilidade pelos seus estados de conservação, funcionamento ou situação, assim como, qualquer descrição incorrecta da informação constante no catálogo/anúncio e que possa induzir a erro.

9. A desistência pelo proponente, depois de rececionada a proposta, implica a perda do direito à aquisição dos bens não podendo o mesmo participar numa eventual segunda fase de venda.

10. Podem ser apresentadas propostas de montante inferior ao mínimo estabelecido para venda.

11. Apenas são aceites propostas lote a lote. Não são aceites propostas que agrupem outros conjuntos de bens/lotos.

12. A adjudicação dos bens será feita às propostas de maior valor, reservando-se ao Exmo(a). Sr(a). Administrador(a) da Insolvência e Ilustre Comissão de Credores o direito de não adjudicar propostas de valor inferior ao valor mínimo fixado. Prevê-se o prazo máximo de quinze dias, a partir da data final de receção de propostas, para obtenção de parecer quanto às propostas apresentadas e consequente comunicação aos proponentes.

13. Em caso de empate serão os proponentes notificados, via carta ou e-mail para apresentarem, caso pretendam, uma nova proposta, no prazo máximo de 48 horas, após a receção da notificação.

14. Qualquer situação de incumprimento imputável ao comprador, determinará a perda dos montantes já pagos seja a que título for, podendo ser promovido perante o juiz o arresto em bens suficientes para garantir o valor em falta, acrescido das custas e despesas, sem prejuízo de procedimento criminal.

15. Se por motivos alheios à nossa vontade, a venda for considerada sem efeito, por quem de direito, as quantias recebidas serão devolvidas em singelo.

16. É da responsabilidade dos interessados o conhecimento das características, estado e situação dos imóveis, nomeadamente no que diz respeito à correção das informações relativas às localizações e às áreas, situação de eventuais edificações existentes, assim como as orientações e regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo.

17. No caso de adjudicação dos bens, o cheque de caução de 5%, junto à proposta, será depositado e passará a constituir sinal. Os restantes 95% do valor de adjudicação dos bens, deverão ser liquidados através de cheque visado ou bancário até ao ato da escritura notarial.

18. Com a adjudicação dos bens, acresce, sobre o valor da proposta, um montante de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP – Consultores, que deverá ser pago no prazo de 15 dias após a comunicação da aceitação da proposta. O montante indicado de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP – Consultores, é igualmente aplicável caso seja exercido direito de remição ou direito de preferência.

19. O promitente-comprador obrigar-se-á, logo que lhe seja solicitado, a fornecer todos os elementos necessários à realização da escritura, nomeadamente os documentos comprovativos do pagamento do IMT e IS, se a eles houver lugar. A escritura notarial de venda dos imóveis será efetuada logo que se encontre reunida toda a documentação necessária para o efeito, em data, hora e local a notificar ao promitente-comprador com antecedência mínima de 15 dias. As despesas notariais são por conta do promitente comprador.